



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AGROECOLOGIA: A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Aikis Fernandes Santos da Silva - UNESP; Marcela Tiyoko Passos Kondo - UNESP

RESUMO

As mulheres, normalmente, devido a construção social, ficam responsáveis pelas demandas dos espaços privados, ficando assim dependente do Estado, da sociedade e dos homens. A agroecologia levanta a bandeira do feminismo, embora, ainda, muitas são as barreiras dentro desse ponto que precisam ser discutidas. Em todo o Brasil, nas universidades públicas é possível encontrar grupos de agroecologia. No entanto, ainda são invisibilizados os trabalhos referentes a esses grupos e menor ainda os que abordam o gênero e a divisão de trabalho dentro desses projetos. O trabalho a seguir buscou entender, de forma interseccional, as questões de gênero e a divisão de trabalho dentro de um grupo de extensão em agroecologia chamado Gira-Sol, que atua na UNESP de Rio Claro há 14 anos. Neste foi aplicado um formulário para as/os integrantes atuais e antigos e, com isso, foi possível entender quem são as mulheres que compõem o grupo e quais as barreiras que eles precisam ultrapassar. Além disso, foi possível observar a percepção que elas possuem em relação ao machismo produzido pelos companheiros. Espera-se com esse trabalho uma contribuição para discutir sobre a descrição do atual contexto agroecológico acadêmico, relatando uma das muitas realidades dos grupos de agroecologia nas universidades e como se dá a participação das mulheres nestes.

Palavras-chave: Equidade de gênero; Feminismo; Formação; Projeto de Extensão.

INTRODUÇÃO

As mulheres sempre foram subestimadas e excluídas dos espaços de decisão e construção do saber, deixadas para explorar apenas os espaços privados (VAROTTO, 2017). Isso se deve, principalmente, porque a categoria gênero é uma construção social que busca demarcar os papéis que os sexos devem determinar na sociedade (FOLLADOR, 2009). Portanto, ainda é visto como algo negativo quando a mulher ultrapassa o papel “esposa-mãe-dona-de-casa-assexuada”, ou seja, o espaço privado ao qual elas foram designadas (FOLLADOR, 2009). As mulheres são sempre vítimas da idealização e da reprodução de práticas patriarcais sobre elas, assim economicamente, culturalmente e socialmente presas, também, pelo imaginário masculino. Por mais espaços que elas tenham reivindicado, ainda hoje, essa busca por uma emancipação é, constantemente, questionada pela sociedade.

Mesmo que haja uma significativa quantidade de “vitórias” para as mulheres, essas ainda são, por vezes, vítimas do Estado, da sociedade e dos homens através do trabalho do cuidado não remunerado, das violências domésticas, da média salarial menor em comparação com os homens e outras diversas situações de machismo institucional e velado. O movimento feminista, em alguns casos, também pode se apresentar como uma barreira, principalmente, quando o movimento não apresenta o caráter político para discutir a multiracialidade e a pluriculturalidade das mulheres (GONZALEZ, 2020). Nesses casos enxergam essas experiências como recortes, quando necessário, mas não as tornam pautas essenciais do movimento.

A sociedade, ao fazer o uso do termo "mulher", parte de uma neutralidade, como se as opressões atingissem a todas da mesma forma. No entanto, a sociedade é altamente estratificada, sendo necessário entender que as opressões atingem de formas diferentes a cada indivíduo. Portanto, para esse trabalho, será abordado o termo plural "*mulheres*", buscando compreender as mulheres no contexto agroecológico e acadêmico.

No início do século XXI, começou a ser adotado nas universidades brasileiras as políticas afirmativas de acesso à educação, buscando estabelecer equidade e oportunidades justas para quem prestava os vestibulares (CARMO *et. al*, 2014). No entanto, mesmo em um cenário com cotas, políticas de permanência e programas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), é possível enxergar estatisticamente uma grande disparidade de acesso entre as mulheres.

Segundo o IBGE (2018), as mulheres ultrapassam os homens nos percentuais dos indicadores educacionais. Esse percentual é mais significativo quando é comparado o nível "superior completo" entre pessoas da faixa etária de 25 a 44 anos de idade, no qual a taxa de mulheres que finalizaram o ensino superior foi de 21,5%, em contrapartida à de homens, que alcançou 15,6%. Entretanto, é possível observar que existe uma discrepância entre os percentuais dentro da categoria mulheres, em que a taxa de mulheres brancas que completaram o ensino superior é 2.3 vezes maior do que a taxa de mulheres pretas e pardas. Esta diferença entre os percentuais exemplifica a importância de nomear as particularidades das mulheres para compreender e promover políticas públicas adequadas para todas.

Mesmo com as políticas de acesso ao ensino superior, é possível se observar que as oportunidades são diferentes. Em seu livro, “O feminismo é para todo mundo”, Bell Hooks (2018) aborda que, no fim na década de 1970, muitas das mulheres que lutavam ao seu lado se encontravam desiludidas com a universidade: “[...] a academia era, e ainda é, local de privilégio de classe.” No cenário atual, as mulheres brancas de classe média ainda encontram-se

extremamente privilegiadas, independente dos espaços, em comparação com outras mulheres.

O trabalho exposto foi realizado com o Grupo de extensão em agroecologia Gira-Sol, a partir de uma roda de conversa voltada às mulheres atuais do grupo e um formulário aplicado aos membros do grupo, tanto antigos quanto atuais. O Grupo Gira-sol é um projeto de extensão vinculado a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) de Rio Claro, que tem o propósito de promover espaços para a construção do conhecimento agroecológico, por meio da realização de grupos de discussão e de atividades práticas, como o manejo do Sistema Agroflorestal (SAF), que fica localizado dentro das dependências da UNESP. O grupo possui 14 anos e sua formação é rotativa, tendo a participação de graduandos, pós-graduandos, professores e membros da comunidade rio-clarense.

A extensão universitária é um dos pilares do ensino superior, pois cria uma ponte permanente entre a universidade e a comunidade na qual está inserida. Assim, há uma troca de saberes, contribuindo para legitimar a importância das universidades diante da sociedade. A extensão universitária pode ser vista como um processo educativo, cultural e científico, transformando, a partir do ensino e da pesquisa, a relação entre a universidade e a comunidade à sua volta (NUNES; SILVA, 2011). Portanto, é uma forma das universidades democratizar os conhecimentos dos quais é detentora, impedindo que eles se tornem “propriedade” apenas dos aprovados pelo vestibular. Além disso, a extensão também contribui na vida profissional e pessoal de seus integrantes, auxiliando no desenvolvimento do senso de comunidade, permitindo também que estes exercitem conceitos aprendidos de forma teórica na universidade.

Este trabalho, portanto, possui os objetivos de compreender quais são as mulheres que fizeram e fazem parte do Grupo de Extensão em Agroecologia Gira-Sol, para buscar contribuir para a descrição do atual cenário agroecológico acadêmico a partir de um estudo interseccional, abordando as diferenças entre classe, raça e gênero e entender quais atividades dentro desses grupos são mais direcionadas à elas.

Para atingir o objetivo proposto, o procedimento metodológico adotado foi o levantamento, através da coleta de dados qualitativos e quantitativos, obtidos por meio da realização de uma roda de conversa com as atuais integrantes do grupo e da aplicação de um questionário *online*, sendo o público-alvo as/os integrantes que participam ou já participaram do Grupo de Extensão Gira-sol.

A roda de conversa teve o intuito de que as mulheres compartilhassem suas percepções sobre suas experiências vivenciadas na agroecologia no contexto acadêmico, contribuindo também para a construção do questionário, o qual foi elaborado a partir dos tópicos levantados

durante a roda de conversa. O questionário foi organizado em dois blocos de questões. No primeiro bloco de perguntas, foram tratados os elementos relacionados ao perfil dos integrantes, compreendendo os aspectos de gênero, raça e permanência estudantil. Na segunda parte das questões, foram abordados questionamentos sobre a organização do grupo e suas experiências agroecológicas. Então, os dados do questionário foram sistematizados com o apoio de gráficos, o que auxiliou na análise e interpretação destes, relacionando-os com alguns tipos de violências psicológicas e de machismo, com o propósito de contribuir no debate e na visibilidade das questões enfrentadas pelas mulheres no campo e na universidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. AGROECOLOGIA E FEMINISMO

O debate e as práticas de formação agroecológica surgiram no Brasil, de forma científica, por volta da década de 1980. A partir da construção de pautas contrárias ao modelo de modernização da agricultura vigente, a qual foi responsável pelo êxodo rural, pelo aumento da violência no campo, pela perda de conhecimento e agrobiodiversidade e entre outros impactos sociais, ambientais e econômicos. Duas décadas depois, a agroecologia conquistou espaços como movimento e algumas dessas primeiras conquistas foram a construção do I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) e da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) (FERREIRA; MATTOS, 2017).

O II ENA evidenciou o quanto é fundamental a articulação das mulheres nos movimentos agroecológicos, ao conquistar a presença feminina de 46% dos participantes neste evento. Portanto, como a construção do Grupo de Trabalho- Mulheres da ANA contribuiu para a união de mulheres de diversas origens e colaborou para o fortalecimento das mulheres como sujeitos políticos atuantes (SILIPRANDI, 2009).

O conceito de agroecologia não se limita apenas a uma nova forma de se trabalhar com a terra ou de pensar a agricultura de maneira mais "holística". Mas também uma ideologia que visa uma transformação geral da sociedade, trabalhando a partir de diferentes dimensões, protagonizando as características individuais de cada região (MOREIRA; CARMO, 2004). A agroecologia pode vir a contribuir muito além das técnicas, mas também reivindica uma nova conceitualização da relação ser-humano e natureza ao mesmo tempo que apresenta um grande poder de transformações socioeconômicas (MOREIRA; CARMO, 2004).

Segundo Bell Hooks (2018), o conceito de feminismo é: um movimento para interromper com o sexismo e todas as opressões, discriminações e explorações provocadas pela crença na superioridade de um sexo em relação ao outro. Isto é, os homens não são inimigos, os pensamentos e as ações sexistas são o problema da questão e elas estão presentes na

sociedade de maneira institucional, linguística, velada e estrutural.

Dessa forma, os conceitos agroecologia e feminismo são pilares fundamentais para criação de transformações sociais amplas, que refletem em novas percepções e consciência sobre ética, política, desigualdade social e democracia (FERREIRA; MATTOS, 2017), considerado maneiras de lutar contra as disparidades socioeconômicas e de enfrentamento aos modelos políticos tradicionais, a partir das discussões teóricas e dos movimentos sociais.

1.2. MACHISMO E VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

De acordo com Audre Lorde (2020), o conceito de machismo é a convicção na superioridade de um gênero, no qual provocaria no seu direito à dominância. No Brasil, apesar das mulheres representarem mais de 52% da população (IBGE, 2021), elas ainda são tratadas como minoria e ocupam diversas posições de vulnerabilidade social. As mulheres representam menos de 20% do total de proprietários de empreendimentos rurais (IBGE, 2021). A média salarial de uma mulher é menor que a média salarial de homem (IBGE, 2018). A partir desses dados, é possível observar os reflexos de uma sociedade machista, que invisibiliza e dificulta o acesso das mulheres em determinadas posições e espaços.

Nas últimas décadas, o movimento feminista vem reivindicando pautas e lutando pela equidade de gênero, discutindo e alterando as estruturas da sociedade, do campo e da cidade. Um exemplo dessa articulação é a elaboração da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que possui como finalidade criar aparatos para impedir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

No Brasil, o termo violência psicológica é apresentada na Lei Maria da Penha, que define como “qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações [...]” (art. 7º, inciso II).

Portanto, essa concepção apresenta a violência psicológica como um extenso conjunto de condutas abusivas, no qual alguns exemplos desse tipo de agressão são: a interrupção da fala de uma mulher feita por um homem, manipulação indireta ou a explicação realizada por um homem de um conceito que a mulher já possui o conhecimento. Essas são atitudes com o intuito de diminuir a mulher e deteriorar sua autoconfiança, junto da dificuldade que diversas mulheres possuem de reconhecer e nomear essas situações no cotidiano e com homens próximos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos através da aplicação do questionário demonstraram que 74,2% das mulheres que responderam são brancas, seguidas por 19,4% de mulheres pretas e pardas e 6,5% de mulheres amarelas, de um total de 31 respostas recebidas. Dessas, apenas 25,8% foram ou são alunas de permanência estudantil. Em relação ao formulário aplicado para os homens que já fizeram ou fazem parte do grupo, das 15 respostas recebidas, 66,7% se declaram brancos, 20% são amarelos e 13,3% são pretos e pardos. Sendo apenas 13,3% que eram ou são alunos de permanência estudantil.

Quanto à participação nos mutirões realizados até o momento do grupo, no SAF: 86,7% dos homens disseram serem frequentes nas atividades práticas do grupo e 73,3% reconhecem que havia mais mulheres do que homens no Gira-Sol. Em relação a assumir as responsabilidades, 73,3% acredita que precisam ficar à frente durante a realização de alguma atividade. No entanto, 66,7% dos homens responderam que as burocracias eram resolvidas pelas mulheres. O grupo, desde o início de sua formação, possui a autogestão, a horizontalidade e a partilha de conhecimento como princípios da sua estrutura organizacional.

Em relação às respostas das mulheres, 93,5% das mulheres disseram serem assíduas nos mutirões. Além disso, 71% afirmaram que no tempo em que participaram do grupo havia mais mulheres quando comparadas aos homens, 67,7% delas disseram que sentiram precisar assumir as responsabilidades nos momentos de decisão e 71% viram que as burocracias eram resolvidas pelas mulheres do grupo. Dentre essas “burocracias”, as mais citadas foram as atas e mediações das reuniões semanais, reuniões com o orientador do grupo, organização das atividades e dos eventos, reservas de sala, tudo que era relacionado a alimentação, submissão de projetos e reservas de ônibus.

Uma das perguntas era referente a essas mulheres terem passado por alguma situação machista dentro do grupo ou em vivências agroecológicas e 45,2% afirmaram que já passaram por alguma situação desse tipo. Ao longo da roda de conversa e dessa pergunta no questionário, as mulheres relataram exemplos de situações machistas que elas tinham passado ou presenciado, caso se sentissem à vontade para contar.

Dentre as situações pontuadas, observa-se que muitas delas eram referentes a situações onde os homens do grupo interrompiam suas falas ou passavam por cima do que elas estavam dizendo, como se as pontuações delas não fossem importantes ou dignas de serem ouvidas. Também houveram relatos em que os homens apropriaram-se de ideias ou conhecimentos de

alguns integrantes, sugerindo ou argumentando a mesma ideia porém com palavras diferentes, levando a credibilidade do pensamento. Existe certa dificuldade da sociedade interpretar esses acontecimentos como violências psicológicas, no entanto, são situações que afetam a autoestima das mulheres e o sentimento de pertencimento nos espaços. Portanto, é importante nomear esses incidentes como violências psicológicas, para que tenham as respostas adequadas. Além disso, algumas das vivências descritas diziam que o grupo e demais experiências que elas puderam participar fomentaram os estereótipos de gênero. Por exemplo, o fato das mulheres do grupo sempre serem responsáveis pelas partes burocráticas ou ficarem encarregadas de preparar a comida para o mutirão ou de organizar a limpeza. Também houveram relatos com experiências em relação aos estereótipos das mulheres negras, onde elas sentiam que homens e mulheres brancas as enxergavam como mulheres instáveis e dominadas de emoção quando davam suas opiniões ou argumentavam sobre a divisão de trabalho no grupo. Esse estereótipo é resultado da intersecção de dois eixos de opressão, machismo e racismo.

Com isso, as mulheres negras que responderam o questionário também sofrem com a falta de representatividade de mulheres não-brancas nos espaços acadêmicos, dificultando a sensação de pertencimento e acolhimento nestes espaços. Os eventos acadêmicos e a universidade ainda refletem nos seus estudos e no público uma sociedade branca, colonial e patriarcal, tornando esses lugares pouco diversos.

A maior parte dos ambientes da agroecologia e do campo, como em outros, são espaços nos quais predominam a presença de homens. Por conta disso, podem ocorrer algumas situações machistas, paternalistas e de discriminação. Muitas mulheres disseram que não se sentiam à vontade nos mutirões porque as ferramentas ficavam indisponíveis ou eram tiradas de suas mãos pelos companheiros, porque eles acreditavam que assim as poupavam de esforço físico e que, na visão deles, elas não eram capazes de fazer ou que o trabalho era demasiado pesado para elas.

Dentre as respostas, foi possível compreender que as mulheres do grupo sentem que nas atividades práticas são deixadas de lado pelos companheiros homens, o que se dá, também, pela ideia da masculinidade. Oliveira (2004), aborda o conceito de masculinidade como “ [...] na qualidade de estrato constitutivo e articulado do *socius*, apresenta-se como uma significação social, um ideal culturalmente elaborado ou sistema relacional que aponta para uma ordem de comportamentos socialmente sancionados”. Portanto, existe a ideia do homem como um sujeito trabalhador e manual. Com isso, os trabalhos de manejo do SAF do Gira-Sol eram “*espontaneamente*” direcionados aos homens do grupo, assim, visando proteger as mulheres, evitando que elas pudessem de alguma forma se machucarem.

Também houve relatos sobre os colegas de grupo ficarem frequentemente alertando as mulheres quando elas estavam realizando algum trabalho prático, como se a qualquer momento elas pudessem se machucar ou machucar as pessoas em volta. Além disso, elas disseram que acreditam que, nesse meio, é necessário que as mulheres se mostrem capazes a todo momento e, mesmo assim, em variadas situações, seus conhecimentos não chegam a ser validados. Mesmo com a criação de políticas públicas voltadas ao acesso e permanência no ensino superior, que está provocando um aumento no número de matrículas de alunos autodeclarados pretos e pardos na graduação (INEP, 2019), o histórico de participação do grupo Gira-sol ainda é de maioria branca e com pouca participação de integrantes pertencentes ao programa de permanência. Um dos motivos que podem contribuir para esse pequeno percentual de alunos de permanência é a realização das atividades práticas do grupo aos finais de semana, período em que diversos alunos realizam trabalhos informais para complementar a renda mensal.

Lélia Gonzalez (2020), discute a juventude negra no Brasil e a questão do desemprego, explicitando as poucas oportunidades oferecidas para a juventude negra e a questão de sobrevivência, o que faz com que a juventude preta, parda e periférica precise, por vezes, abdicar os estudos para contribuir com as despesas familiares. Essa questão pode fomentar o debate sobre o pequeno percentual de integrantes pretos e pardos no grupo Gira-Sol. Por mais que se tenha políticas públicas para democratizar o acesso ao ensino superior, a sociedade ainda assim oferece poucas oportunidades para determinados grupos e o sistema vigente contribui para caracterizar os papéis de cada um dentro desta.

Referente aos resultados sobre a organização e aos trâmites administrativos do grupo, é possível observar a semelhança dos percentuais obtidos a partir das respostas das integrantes do gênero feminino com as respostas dos integrantes do gênero masculino. Além disso, é importante ressaltar que mais de 65% dos membros possuem a percepção que as atividades burocráticas são desenvolvidas pelas mulheres do grupo. Isto pode acontecer pela não-problematização, devido ao mito da mulher moderna. Em outras palavras, as mulheres estão acessando cada vez mais lugares, estão tendo os mesmos direitos que os homens, porém não conseguiram romper com todos os métodos de opressão do capitalismo e do machismo presentes nos espaços (RIBEIRO, 2018). Deste modo, o grupo consegue perceber as sutis imposições de papéis sociais, porém tem dificuldade de promover mudanças.

Com o formulário foi possível observar que as mulheres disseram serem assíduas nos mutirões e, eram ou são em maior número no grupo, apesar de ainda encontrarem barreiras reproduzidas pelos companheiros de projeto quando querem realizar as atividades práticas. Normalmente, em mutirões, as mulheres se queixaram de serem deixadas para organizar o dia,

cuidar da alimentação do grupo ou deixadas para limpar a “bagunça”. No entanto, mesmo com a barreira que os próprios colegas de grupo criaram ao entorno de suas atividades, elas tomavam seus lugares e mostravam que aquele espaço de prática e experiência também pertenciam a elas.

Assim é possível observar que, de certa forma, o grupo acaba representando uma microesfera da sociedade. Isto é, quando as mulheres são deixadas para protagonizar as atividades mais “domésticas”, enquanto os homens são colocados para demonstrar sua força nas atividades práticas, estão reproduzindo os papéis de gênero fomentados pela sociedade. Essa separação de trabalho e gênero é também reproduzida no campo, quando as mulheres são deixadas para realizar as atividades domésticas enquanto os homens trabalham no roçado. Consequentemente, a divisão de trabalho realizada na sociedade, de forma espacial e sexual é transportada também para dentro dos grupos universitários (SCHMITZ; SANTOS, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os grupos universitários podem acabar, de certa forma, sendo reproduções da sociedade, mesmo quando as/os integrantes tomam o cuidado para que isso não aconteça. Ficou claro que a divisão de trabalho e algumas práticas opressoras realizadas na sociedade se repetem nos grupos universitários. Além disso, por mais que a agroecologia aborda a diversidade em suas pautas, o grupo Gira-Sol é pouco representativo e diverso.

As mulheres do grupo são em sua maioria brancas e com condições para se manterem na universidade sem precisar recorrer aos auxílios de permanência estudantil. Quanto ao trabalho dentro do grupo, elas ainda encontram dificuldades para serem reconhecidas e para acabarem com a idealização da mulher indefesa que precisa de ajuda dos homens para a realização dos trabalhos mais pesados.

É necessário que haja mais fomento nas políticas de acesso ao ensino superior, para tornar as universidades mais diversificadas e que haja auxílios justos para todos que os solicitam, assim oferecendo oportunidades para que todos possam participar das atividades extracurriculares. A pesquisa em si, foi feita com apenas um grupo de extensão em agroecologia, no entanto, já demonstrou problemas que os grupos tendem a enfrentar nas universidades para incluir a participação dos alunos pretos e pardos e indígenas nas atividades universitárias. Essa pouca participação se deve ao pouco acesso que esses grupos têm ao ensino superior e, em sua maioria, quando acessam, precisam buscar por trabalhos informais nas horas vagas para complementar a renda.

É interessante que haja mais trabalhos como esse, com outros grupos universitários da área de agroecologia, para mapear a situação brasileira nesse contexto. Como muitas das

pessoas que participam desses grupos saem da universidade com embasamento sobre as questões agrárias e agroecologia, é necessário que esses grupos sejam diversos, já que as/os integrantes poderão, no futuro, contribuir para uma mudança estrutural na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

CARMO, Erinaldo Ferreira; CHAGAS, José Aercio Silva; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; ROCHA, Enivaldo Carvalho. Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 95, n. 240, maio/agosto 2014.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; MATTOS, Luis Cláudio. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Ciência e Cultura**. São Paulo , v. 69, n. 2, p. 38-43, abr. 2017. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 mar. 2021.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A Mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista fato & versões**. v.1, n.2, p3-16. 2009.

Anais Diálogos Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia - v. 16, no 1, 2021
GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos / organização** Flávia Rios, Márcia Lima - 1ª ed - Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 09 mar. 2021

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. 2020. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>. Acesso em: 06 jun. 2021

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2020.

MOREIRA, Rodrigo Machado; CARMO, Maristela Simões do. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agric.** São Paulo, v. 51, n. 2; p. 37-56, jul/dez. 2004.

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; Silva, Maria Batista da Cruz. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Revista Mal-Estar e Sociedade**, Minas Gerais, v. 04, n. 07, 08, dez. 2011.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A Construção social da masculinidade** / Pedro Paulo de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004. 347p. RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHMITZ, Aline Motter; SANTOS, Roselí Alves dos. A Divisão Sexual Do Trabalho Na Agricultura Familiar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. O processo de organização das mulheres dentro da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v. 4, n. 2, 2009.

VAROTTO, Daiana Paula. Agroecologia e Gênero: Perspectivas Para a Emancipação Das Mulheres e a Agricultura Familiar. **Relacult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, Rio Grande do Sul, v. 03, n. 03, 01 dez. 2017